

Historiografia amazônica em perspectiva: aspectos de um processo de abertura metodológica (1950-2000)

Daniel da Silva Klein
Universidade Federal do Acre
Rio Branco – Acre – Brasil
danielklein10@hotmail.com

Resumo: O texto a seguir faz uma investigação narrativa sobre determinados aspectos da historiografia amazônica, escolhendo autores que escreveram no período que vai de 1950 a 2000. O objetivo é demonstrar que em meio à diversidade de intenções desses autores houve uma mobilização com vistas à ampliação do debate acerca de temas e abordagens sobre essa região do Brasil. A hipótese é que o movimento de abertura da historiografia amazônica foi gradual e trouxe em seu bojo as fraturas provocadas pelas escolhas de cada historiador, que foram deixando de lado temporalidades, individualidades e tramas. A proposta é demonstrar narrativamente como esses rastros, cacos e silêncios ao invés de enfraquecerem essa abertura constante a fortaleceram.

Palavras-chave: Amazônia, historiografia e metodologia.

Introdução: a Amazônia, seus heróis e lugares importantes

Durante décadas a historiografia da Amazônia procurou datas cívicas, acontecimentos politicamente marcantes e a identificação de lugares importantes. Palco de uma ocupação destemida, orientada pelo ideal de expansão da fronteira brasileira, a Amazônia foi vista como uma região para onde iam os fortes, aqueles que deveriam amansar a terra em favor da civilização.

Um dos historiadores que melhor se firmou nessa corrente foi Leandro Tocantins (2001). Em sua principal obra defende a tese de que o Acre, um dos estados da Amazônia brasileira, presenciou a chegada de um grande fluxo populacional no final do século XIX, que formou um ciclo econômico

em escalas e intensidade notáveis, que traduza o desbravamento e a fixação humana dentro das formas apontadas por J. F. Normano, esse ciclo é o da borracha. E nele, o Acre, seu quartel-general, a ser palco de um intenso

surto de ocupação humana e de exploração de recursos naturais, quando os bolivianos ainda não haviam lá chegado com os seus pioneers (TOCANTINS, 2001, p. 192).

A fala de Tocantins exalta o desbravamento da floresta em favor da produção e comércio da borracha, destacando aí a forte presença da ocupação humana no fomento desse movimento econômico. O ponto de seus argumentos, não só desta passagem, é de que os brasileiros chegaram antes dos bolivianos na ocupação do Acre.

Tocantins destaca em seu texto feitos e acontecimentos que evidenciam a tenacidade, a primazia e a superioridade dos brasileiros frente aos bolivianos. Diferentemente dessa posição temos, por outro lado, um historiador que procura heróis na precariedade. Sua narrativa descreve o desbravamento de parte da Amazônia por homens que a muito custo enfrentaram regiões desabitadas, a pobreza material e as longas distâncias percorridas nos rios caudalosos. Esse autor trata-se do juiz federal José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho (1958).

Entre o final da década de 1940 e início de 1950 Sobrinho escreveu uma série de artigos para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde faz emergir uma narrativa viva sobre a ocupação dos rios no vale amazônico. Atuando como juiz no Acre durante anos, chegou a ser aliado de Guilhermino Bastos no início da década de 1930. Bastos era sócio da N & Maia e Companhia, a mais rica empresa seringalista daquelas terras (KLEIN, 2013).

Talvez por conta de seu trabalho e dessas amizades, Sobrinho teve acesso a fontes que os outros historiadores da região só foram ter bem depois da década de 1990 como relatórios dos governadores amazonenses do início do século XX, do intendente boliviano no Acre em 1899 e dos seus primeiros prefeitos departamentais brasileiros. Além disso, esse autor tratou de recolher uma série de depoimentos de algumas pessoas que chamava de fundadores do Acre (SOBRINHO, 1958, p. 130)¹, ou seja, lançando mão de métodos de pesquisa pioneiros para seu contexto de escrita.

Em um de seus artigos, o historiador demonstra que a ocupação do Vale do Rio Purus, uma das zonas de maior produtividade do ciclo da borracha, se deu somente a partir de 1878 e mesmo assim de maneira bastante irregular. Até aquela data poucos viajantes tinham percorrido a região como João Gabriel de Carvalho (SOBRINHO, 1954, p. 296-297).

¹ Sobrinho menciona, por exemplo, que fez entrevista com essas pessoas, citando inclusive Neutel Maia, a quem dedica o título de fundador da capital do Acre, Rio Branco.

Sobrinho se dedicou especialmente a um desses viajantes, Manuel Urbano da Encarnação, a quem literalmente presta uma homenagem narrativa ao descrever seus feitos. Entre as décadas de 1840 e 1870, Manuel Urbano explorou praticamente sozinho o Purus, encontrando naquele rio basicamente populações indígenas com quem mantinham trocas comerciais. Diz que Urbano era um negro de ascendência indígena, capaz de falar diversas línguas (SOBRINHO, 1954, p. 23-25).

Urbano guiou vários viajantes europeus ao longo da bacia do Purus, como Willian Chandless na década de 1860. Chandless usou dos conhecimentos de Urbano para fazer um dos primeiros mapas geográficos daquela região. Com a ajuda de seus filhos, Gil Braz e Leonel, Manuel Urbano abriu seringais vindo a falecer na década de 1890. Uma das vilas que fundou foi Canutama, que se transformou em um entreposto comercial a partir de 1880 (SOBRINHO, 1954).

Os textos de Sobrinho trazem uma chave para compreendermos o processo de ocupação da Amazônia na fronteira de expansão da exploração da borracha: de que o Vale do Rio Purus, incluindo aí o de seu maior tributário, o Acre, foi ocupado tardiamente em comparação com outras regiões da Amazônia.

Em 1882 o ciclo da borracha já era uma realidade para determinados lugares, impulsionando o crescimento das cidades de Manaus e Belém. Nessa data, porém, o Acre começava a ser ocupado com aquilo que Sobrinho chama de barracas demonstradoras de posse, ou seja, ao longo do rio os seringalistas abriam um seringal e colocavam na clareira sede da propriedade um trabalhador, que ficava ali montando o empreendimento até que fosse lentamente ocupado.

Os cenários que vão emergindo da ocupação dos rios Purus e Acre nos textos de Sobrinho são, muitas vezes, contrastantes com os que nos apresentam Tocantins e outros autores. Segundo ele em 1886 os povoadores de toda essa região eram muito poucos, encontrando-se em agrupamentos de famílias

(...) só às margens dos rios, e a grande distância uma das outras, constituindo centros de exploração da goma elástica, com algum plantio de arroz, cana de açúcar e bananeiras existindo ainda em lugares inexplorados ou errantes os antigos moradores das selvas (SOBRINHO, 1954, p. 135).

Sobrinho diz, portanto, que na década de 1880 o vale do Purus e seus afluentes era pouco habitado e seus moradores ficavam isolados uns dos outros. Além disso, os

exploradores da borracha conviviam ainda com algumas tribos indígenas, a crônica pobreza material e as dificuldades de navegação.

Interessa notar aqui que o tema de Sobrinho são os feitos heroicos dos brasileiros dentro da aventura de ocupação de uma dada região da Amazônia no ciclo da borracha. Há, porém, um diferencial em sua narrativa. Ao demonstrar a precariedade e a demora dessa ocupação, Sobrinho procura dar ênfase ao heroísmo dos seus primeiros moradores em enfrentar problemas dos mais diversos tipos.

Ocupar para não entregar: a luta contra a cobiça internacional

Dentro de um debate do regime militar, a historiografia amazônica continuou entendendo que o norte do Brasil era a última fronteira do país. A partir da década de 1960, principalmente, essa historiografia passou a valorizar as riquezas da Amazônia em nome da proteção dos bens nacionais e a problematizar o fim da economia da borracha.

A principal voz da historiografia amazônica nos tempos militares foi Arthur Cezar Ferreira Reis (1960). Pode-se afirmar que Reis aprofundou as questões acerca da economia da borracha, superando os limites de uma simples história política. Mas ele não chegou a tocar nos problemas centrais da cadeia de aviamento, suas relações hierarquizadas ou a desordenada concessão de crédito entre aviadores e seringalistas.

Os silêncios de Arthur Reis em relação aos problemas da cadeia de aviamento devem-se ao fato de que ele não estava somente comprometido com os membros da elite econômica e política da Amazônia, mas com a do Brasil como um todo. Ocupou cargos importantes do governo federal no governo de Getúlio Vargas, na década de 1950. Foi, também, o primeiro governador do Amazonas no período após o golpe militar de 1964, nomeado por Humberto Alencar Castelo Branco. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretor de diversos programas da ditadura como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (VILHAÇA, 2010; PACHECO, 2012, p. 01).

Arthur Reis era não só um intelectual que tinha se transformado a partir da década de 1960 em referência nos estudos amazônicos, mas um agente ativo das elites regionais no cenário nacional brasileiro. Defendemos a tese de que justamente para não

afrontar seus pares é que a avaliação que faz do ciclo da borracha não toca em questões problemáticas da cadeia de aviação.

Um de seus trabalhos mais famosos foi *A Amazônia e a cobiça internacional* (REIS, 1960, p. 01), onde avalia, em parte, a crise do ciclo da borracha a partir da premissa de que o Brasil foi dilapidado. Nesse texto, Reis demonstra como foi o processo de aclimação das seringueiras na Ásia, de que forma foram plantadas em fazendas de criação e como sua produtividade cresceu entre o final do século XIX e a primeira década do XX.

Segundo suas observações, em 1914 a produção brasileira de borracha estava estagnada em pouco mais de 30.000 toneladas do produto, enquanto que a asiática ultrapassava mais de 70.000. Para Reis essa superação do Brasil no mercado internacional da borracha só foi possível devido a uma perversão intelectual orientada pelo colonialismo das nações ricas do mundo.

Ele diz que essa perversão colonialista projetou no século XIX os grandes jardins de aclimação da seringueira silvestre amazônica, de onde surgiram as mudas que posteriormente foram levadas para a Ásia e possibilitaram o surgimento das fazendas de cultivo dessa planta.

A essa perversão intelectual foi somada uma lógica diplomática 'sem entranhas nos seus desígnios políticos' por parte das nações imperialistas, que enviaram para a Amazônia uma série de cientistas e aventureiros para roubarem mudas de seringueiras. Nas palavras do autor a partir dessa lógica diplomática comprovou-se

muito do que se sabia com segurança. Apuraram muito do que nada se sabia. Nesse afã, entraram pelas portas largas das franquias que lhes eram proporcionadas sob a segurança de seus objetivos espirituais e serviram ao apetite de suas pátrias. Ligavam-se às ideias de superioridade de raças, que teriam missão civilizadora a cumprir sobre os povos subdesenvolvidos dos outros continentes (REIS, 1960, p. 103).

Esses cientistas e aventureiros foram os braços do imperialismo e para Reis os brasileiros nessa conjuntura foram vítimas. Segundo o autor a produção de borracha na Ásia nasce dessa prospecção intelectual colonialista e perversa.

É lógico que Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Japão e companhia limitada agiam pelo globo como aves de rapina, mas o historiador não fala muito da conivência dos seringalistas, aviadores e políticos da Amazônia para com esse saque. Permanece em grande parte mudo a respeito desse tema, isso sem falar que não dedica

espaço para com a própria organização hierárquica da cadeia de aviação e das rotinas estafantes de trabalho impostas aos seringueiros.

Seu silêncio demonstra que não era interessante elaborar uma crítica a determinados elementos da cadeia de aviação, tendo em vista que se assim procedesse poderia atacar seus pares, logo, aqueles que o sustentavam no poder. Pode-se atenuar essa afirmativa, porém, se situarmos alguns aspectos das críticas que Reis tece às elites amazônicas.

Segundo Pacheco, Arthur Reis reconhecia que a lógica de ocupação da Amazônia orientava-se por um ideal de acampamento, onde a economia se mantinha a partir da condição de exportadora de produtos primários. Pacheco diz que o autor creditava a essa condição o atraso econômico e social da Amazônia (PACHECO, 2012, p. 103).

No mais entendia que os planos governamentais para a Amazônia não tinham continuidade e que havia uma inação por parte das elites locais em superar sua condição dependente, o que era evidência da falta de um empenho maior em prol da nação (PACHECO, 2012, p. 107-108). Como podemos notar as críticas de Reis ainda assim direcionam-se para entidades genéricas, planos impessoais e a inaptidão por parte das elites em assumirem um nacionalismo adequado, ou seja, que não se oriente por uma economia agrário-exportadora.

A economia da Amazônia

A partir da década de 1980 surge uma série de trabalhos que problematizam a formação econômica da Amazônia. Esse enfoque historiográfico tenta superar as visões de uma determinada historiografia política e centram-se em um debate sobre a estrutura geral dos movimentos econômicos dessa região antes e depois daquilo que se convencionou chamar de ciclo da borracha.

Não é demais lembrar que essa historiografia inspirou-se, também, no célebre trabalho de Caio Prado Júnior (PRADO JÚNIOR, 1998)² e em toda uma tradição marxista que pensava a história econômica do Brasil. Nesse sentido o primeiro estudo

² Não é demais lembrar que esse debate sobre as estruturas econômicas do país foi pensada por autores de outras vertentes, citamos: FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

que se dedicou a uma análise demorada sobre a borracha foi o do economista paraense Roberto Santos (SANTOS, 1980). Seu estudo descreve como a cadeia de aviamento se constituiu ao longo do século XIX, a maneira como dominou a produção e o comércio da borracha na Amazônia e de que forma não foi capaz de superar a produtividade asiática.

Para Santos o ciclo da borracha foi o período em que a produção da borracha, baseada no látex da seringueira, ocupou quase toda a economia da Amazônia brasileira e teve como característica duas fases: a) a primeira dominada pela tendência de alta no crescimento produtivo, que por alguns anos foi abalada por curtos períodos de oscilação entre 1840 e 1910; b) e a segunda em que há uma acentuada decadência produtiva, que é seguida por uma estagnação a partir de 1910 e segue até 1940 (SANTOS, 1980, p. 11-15)³. Nos tempos áureos da borracha o autor diz que o sistema de créditos da cadeia de aviamento era custoso demais, hierarquizava suas partes através da dívida e estava dominado pelo capital especulativo.

Esse capital especulativo investiu seus recursos na cadeia até o momento em que ela poderia fornecer algum retorno financeiro, mas quando a Ásia começou a despontar no cenário internacional, esses financistas abandonaram a Amazônia. Sem poder de financiamento e com a produtividade asiática crescendo cada vez mais, os agentes da cadeia de aviamento entraram em falência (SANTOS, 1980, p. 232-235).

O processo de concessão de créditos na Amazônia tinha uma trajetória que remontava ao início de sua colonização. O autor diz que no Grão Pará o uso da moeda não era corrente, tendo sido instituído somente em 1749. Nesse período um regime de crédito tomava conta das empresas coletoras de drogas do sertão, onde os trabalhadores retiravam da floresta temperos, carnes, peles e recebiam em troca mercadorias para o sustento. Nas palavras de Roberto Santos (1980, p. 156) essas transações eram uma espécie de crédito sem dinheiro que os ribeirinhos chamavam de aviamento.

Como as coletas de drogas do sertão eram insipientes no vale amazônico, o aviamento era ele também muito restrito. Com o crescimento da exploração da borracha, porém, esse sistema de crédito foi retomado e ampliado pelas elites

³ Tanto Roberto Santos quanto o professor Pedro Martinelo (especialmente este) discutem que o ciclo da borracha se encerra, a rigor, na década de 1940. Entre 1942 e 1946 o que existe é um surto ocasionado pela compra da produção brasileira por parte dos Estados Unidos. Não é foco deste trabalho abordar essa diferenciação, mas fica aqui o registro.

econômicas regionais. Santos diz que houve uma coordenação entre investidores internacionais e comerciantes da Amazônia no sentido de se financiar a exploração da borracha, havendo uma introdução de recursos para que trabalhadores fossem levados a produzir borracha nos seringais.

Mas essa introdução monetária passou por uma filtragem, tendo em vista que os investidores internacionais compravam borracha de atravessadores locais pagando com dinheiro. Estes adquiriam borracha com aviamento e seus fornecedores davam vazão a esse sistema de crédito, que era na segunda metade do século XIX uma prática secular, tradicional e adaptada às hierarquias sociais amazônicas do ciclo da borracha (SANTOS, 1980, p. 157).

Roberto Santos nos informa que o aviamento era um sistema produtivo e comercial que garantia aos membros dominantes da rede uma posição de superioridade perante os demais trabalhadores da economia regional, porque era usado para organizar também a pesca e a agricultura na região. Os seringueiros vindos do Nordeste, que eram contratados para trabalharem na extração da borracha, formaram a base produtiva e da exploração do aviamento. Nas palavras do autor alguns seringueiros até recebiam estímulo monetário em dinheiro, mas

ficava de tal forma isolado, pela própria disposição geográfica das atividades produtivas regionais, que seu vínculo com o 'barracão' se tornava exclusivo e ele perdia quase totalmente a liberdade de usar o que ganhava. Nessas condições, a grande função desempenhada pela moeda seguia sendo a prestação de serviços de cálculo (SANTOS, 1980, p. 158).

A cadeia do aviamento prendia os agentes da rede uns aos outros porque havia uma série de contratos formais entre seus organizadores, os seringalistas e seringueiros. Grosso modo a cadeia de aviamento era organizada entre as empresas seringalistas, que tinham seringais e vendiam borracha exclusivamente para uma casa aviadora local, que levava borracha para alguma casa aviadora de Manaus ou Belém e nessas capitais os produtos eram negociados com as casas exportadoras.

Esses agentes eram os controladores do sistema e o dinheiro só circulava em abundância entre as casas exportadoras e as aviadoras de Manaus e Belém. As demais recebiam pela borracha fornecida algum recurso monetário e gêneros industrializados, que chegavam às mãos dos seringueiros através dos seringalistas. Os trabalhadores seringueiros não possuíam terras, porque extraíam e produziam borracha nos seringais, lugares em que trabalhavam para os seringalistas, que pagavam pela

borracha com gêneros do aviamento. A partir do que diz Roberto Santos, podemos montar uma estrutura para explicar esse primeiro modelo de aviamento (Figura 1).

Através desse esboço podemos perceber que as casas exportadoras eram as financiadoras da cadeia de aviamento, os aviadores eram os atravessadores e os seringueiros os produtores, a base de sustentação dessa rede hierarquizada. Os seringueiros possuíam sua força de trabalho, os aviadores de segunda linha detinham a propriedade dos seringais, os de primeira linha forneciam basicamente o aviamento de toda a cadeia e as casas exportadoras vendiam borracha no mercado internacional (Figura 1).

Figura 1: A cadeia de aviamento tradicional, vale amazônico, Brasil, 1890 – 1910.



Fonte: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1820-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 160. O desenho da tabela é uma leitura.

Santos explica que a cadeia de aviamento era ela mesma a geradora de renda dos mandatários da Amazônia e não a borracha em si, porque eles se ancoravam na exploração dos trabalhadores seringueiros. Ele diz que essa renda

resultava de extorquir do seringueiro, até o ponto de intolerância fisiológica, o máximo de rendimento com o mínimo de pagamento. O excedente era compartilhado pela rede de 'aviadores', transportadores, pelo governo, etc., inclusive pelos industriais (SANTOS, 1980, p. 162).

A borracha era apenas o produto dessa exploração, que se organizava de uma forma altamente hierarquizada e interdependente. Monetariamente o ciclo da borracha entrou em falência a partir da década de 1910, não conseguindo superar a produtividade asiática. Muitos dos agentes mandatários dessa rede entraram em

falência, mas a maioria deles conseguiu se sustentar, porque a própria cadeia de aviamento não dependia em si do mercado internacional, mas em grande parte da exploração do trabalho seringueiro.

Após Roberto Santos ter lançado seu estudo, Pedro Martinelo defendeu junto a Universidade de São Paulo sua tese de doutorado em História Econômica intitulada *A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico*, elaborando uma discussão que fazia uma avaliação sobre a cadeia de aviamento. A sua ideia era de que essa rede se caracterizava pelo trabalho compulsório dos seringueiros (MARTINELO, 1985, p. 251).

Seu texto dialogava, portanto, com as posições de Roberto Santos. Entre ambos havia uma diferença tênue, mas crucial, porque Santos percebia que a cadeia de aviamento era um movimento econômico oriundo das relações sociais internas da Amazônia e que se inseriu dentro de um contexto maior de exploração da borracha no mercado internacional. Martinelo entende, por sua vez, que a instalação das empresas gumíferas no vale amazônico se deve ao fato de que na segunda metade do século XIX os países centrais do globo consolidaram suas economias monopolistas, com seus grandes trustes e que demandavam matérias-primas de países periféricos, no caso a borracha do Brasil. Nas suas palavras esses países periféricos eram

Importantes escoadouros para sua produção industrial, estas novas economias dependentes desempenhavam papel decisivo na produção de capitais nas metrópoles, pois o expediente usado pelo capitalismo era o de investir capitais na indústria extrativa e bloquear o surgimento de qualquer indústria interna. Destarte, estavam garantidos, por um lado, o mercado para os seus produtos manufaturados e, de outra parte, o fornecimento das matérias-primas de que tanto careciam (MARTINELO, 1985, p. 25).

Para Pedro Martinelo a cadeia de aviamento e o ciclo da borracha eram uma parte desse complexo mundial de exploração, que era operado pelos países centrais do mundo em favor de seus trustes empresariais. Nesse sentido a cadeia de aviamento era um braço de fornecimento local de matérias-primas para as indústrias automobilísticas, pneumáticas e de plásticos em geral.

Mas apesar dessa oposição, os dois reconheciam, por exemplo, que o capital financista de toda a cadeia de aviamento era fornecido por grandes empresas da Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, França e outros grandes países. Martinelo cita como exemplo as companhias de navegação do Amazonas, que eram controladas por

duas grandes empresas inglesas, a The Amazon Steam Navigation Co. e a The Amazon River Stean Navigation. Ambas eram responsáveis de levar a borracha dos portos brasileiros para o mercado internacional (MARTINELO, 1985, p. 31).

MartineLO explica que as casas exportadoras, cujo capital era estrangeiro, compravam borracha dos atravessadores e pagavam suas contas com letras de crédito, que só eram quitadas após noventa dias, período em que os produtos já tinham sido vendidos. Essas operações até causaram certas resistências por parte dos atravessadores, que passaram eles mesmos a embarcar borracha por alguns períodos para o exterior. Essas operações, porém, eram deficitárias porque as casas exportadoras faziam com que o preço da borracha no mercado internacional entrasse em queda (MARTINELO, 1985).

Isso se deve ao fato de que a cadeia de aviamento até o período áureo do ciclo da borracha era extremamente hierarquizada, sendo controlada de perto pelas casas exportadoras. Para MartineLO a cadeia de aviamento se organizava da mesma forma que Santos havia traçado, explicando com mais ênfase o seu foco, a exploração do trabalho compulsório dos seringueiros. Segundo ele como a cadeia era extremamente vinculada ao controle do capital externo, a renda para seus agentes controladores regionais era gerada através do controle dos produtos aviados, que tinham um filtro peculiar.

Como o dinheiro circulava somente entre os atravessadores de primeira linha e as casas exportadoras, os demais agentes tinham que conseguir renda remetendo produtos aviados para as camadas inferiores. Esses produtos sofriam uma série de especulações ao longo da cadeia:

O elevado custo nos fretes de cabotagem e os preços e lucros altíssimos exigidos pelos comerciantes sulistas encareciam sobremaneira as mercadorias entradas na Amazônia. O comerciante, por seu turno, calculava seus preços com uma margem de juros e lucros excessivos; o mesmo faziam os aviadores com os seringalistas que, por sua vez, carregavam sem comiserção, nos preços, sobre o seringueiro – extrator – o derradeiro destinatário desta cadeia de exploração e iniquidades destes intermediários sem escrúpulos (MARTINELO, 1985, p. 35).

De uma maneira geral, MartineLO nos diz que os empresários atravessadores de Manaus e Belém eram explorados pelas casas exportadoras de capital monopolista. As casas aviadoras tinham que conseguir renda, o que faziam explorando os seringalistas, que por sua vez arrochavam os seringueiros, a base dessa cadeia.

Esse texto de Martinelo, porém, aprofunda o termo ciclo da borracha ao dedicar especial atenção para aquilo que o seu autor defende ser um surto produtivo, os acordos de Washington assinados entre os Estados Unidos e o Brasil. Tais acordos garantiam a compra de toda a borracha brasileira no período da Segunda Guerra e terminaram no ano de 1946. Durante esse lapso, segundo ele, a produção gumífera brasileira cresceu, a rede produtiva foi incrementada com a contratação dos soldados da borracha e a cadeia de aviamento desse produto voltou a ter força no cenário nacional (MARTINELO, 1985, p. 32-34).

Tanto Roberto Santos quanto Pedro Martinelo apresentam uma análise macrossocial da cadeia de aviamento, demonstrando sua lógica e a maneira como a hierarquia da exploração seguia pela rede comercial até chegar a sua base, os seringueiros. A esses textos pioneiros seguiu-se uma verdadeira escola de história econômica da Amazônia, marcando quase duas décadas de pesquisas sobre a região (WEINSTEIN, 1983; LIMA, 1994; DEAN, 1989)⁴.

Sociedade e cultura: os modos de vida na Amazônia

Na década de 1990, dentro de um debate sobre E.P. Thompson que se espalhava pelas academias de história pelo Brasil (CHALHOUB, 2001, p. viii), uma geração de historiadores deu outro impulso às pesquisas sobre a Amazônia, trabalhando temas em torno da constituição dos modos de vida das populações dessa região. Esse movimento pode-se dizer perdura até a década de 2000, tendo em vista que ano após ano o termo experiência social é usado em dissertações e teses que focam essa parte do Brasil.

Nesse movimento surge o estudo do professor Carlos Alberto Alves de Souza (SOUZA, 1996), que trata os seringueiros da região de Brasiléia no Acre como um grupo que ao longo de sua trajetória criou uma cultura na qual as relações sociais possibilitaram o surgimento de uma experiência significativa de resistência, os empates. A partir da década de 1970 essas experiências, segundo Souza, foram vividas por seringueiros “em seus trabalhos, em suas festas, em suas fugas, em suas relações sociais de meeiros, em suas famílias, em seus passeios, em sua medicina tradicional, em suas lutas pela educação” (SOUZA, 1996, p. 5-6).

⁴ Lembrando que o último desta lista, Warren Dean, enquadra-se mais como um estudo de história ambiental.

Souza demonstra que com a chegada dos empreendedores do centro-sul do país, que vinham para o Acre investir seus capitais na abertura de fazendas é que os seringueiros passaram de fato a usar os empates para frearem o avanço da pecuária. Essa maneira de resistir que já fazia parte do modo de vida dos seringueiros consistia no impedimento das derrubadas, queimadas e expulsões de famílias interias de suas colocações por parte de peões e capatazes a mando dos fazendeiros (SOUZA, 1996).

O texto discute ainda a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília nesse tempo de lutas, a participação de mulheres e crianças no processo de resistência, a reação dos pecuaristas e os assassinatos que se seguiram. Souza traz a tona um debate que levanta temas e metodologias de pesquisa diferentes daquelas que vinham sendo postas em prática pela historiografia amazônica, tanto que seu trabalho tem como fonte básica as entrevistas com os próprios sujeitos envolvidos com as tramas das histórias que conta.

Outro autor que deu uma contribuição inestimável para os estudos dos trabalhadores seringueiros foi Carlos Walter Porto Gonçalves (2003). Geógrafo e docente da Universidade Federal Fluminense, Gonçalves lançou o grande volume *Geografando, nos varadouros do mundo* (GONÇALVES, 2003), que defende a ideia de que através de seus modos de vida os seringueiros foram capazes de modificar a territorialidade seringalista, o seringal, e transformar em territorialidade seringueira, as reservas extrativistas.

Gonçalves afirma que a territorialidade seringalista dominou o ciclo da borracha, porque os donos dos seringais tratavam essas propriedades como verdadeiros complexos fabris e submetiam os seringueiros a uma condição de endividamento constante. Para ele havia inclusive uma linguagem de identificação dos partícipes dos seringais que era muito próxima das usadas em uma fábrica: os seringalistas eram chamados de patrões, os seringueiros de fregueses e a extração do látex para produção de borracha era o fabrico. Ainda

a territorialidade seringalista se aproxima de uma manufatura típica dos primórdios da revolução industrial. Afinal, trata-se de manter sob coordenação o trabalho de múltiplos trabalhadores com uma finalidade explícita de produzir um valor de uso que não tinha nenhum uso para os envolvidos diretamente na sua extração (GONÇALVES, 2003, p. 106).

A borracha produzida pelo seringueiro não gerava recursos que fossem suficientes para sua manutenção satisfatória. Os trabalhadores ficavam somente com aquilo que garantia sua sobrevivência mínima e a renda de toda a cadeia de aviação, em última instância, era fruto da exploração desse grupo social.

A transformação desse complexo de exploração, o seringal, nas reservas extrativistas deu-se, a partir daquilo que diz o autor, dentro de um processo de lutas, onde os empates foram se aperfeiçoando, a resistência contra as derrubadas foram melhoradas e a politização dos seringueiros se ampliou ao longo da década de 1980 (GONÇALVES, 2003, p. 450-455).

Até mesmo as pesquisas sobre o ciclo da borracha se voltaram para temas que envolvem os modos de vida. Essa guinada pode ser vista nos estudos de Franciane Gama Lacerda (2006) acerca dos confrontos vivenciados pelos nordestinos que se mudaram para o Pará no final do século XIX e início do XX.

Lacerda procura dar voz aos mais diversos sentimentos dos seringueiros nesse período, dando atenção aos seus medos e representações sobre a floresta. Nesse sentido, tenta expor, também, como esse grupo heterogêneo lidou com as políticas paternalistas de auxílio social e com os projetos de assentamento em seringais (LACERDA, 2006).

Sem ter acesso a qualquer entrevista com os indivíduos que pesquisa, a autora busca a fala dos seringueiros em alguns processos judiciais, notícias de jornal, documentos e órgãos públicos e queixas policiais (LACERDA, 2006). Essas fontes oferecem, em sua visão, um acesso privilegiado às falas dos migrantes nordestinos no Pará:

Esse *corpus* documental permitiu perceber a complexidade dessas muitas relações sociais na medida em que, para além da figura de pobres vítimas da seca, como não raro o migrante cearense é representado, vemos mulheres e crianças dando rumo próprio a suas vidas, mesmo que isso nem sempre correspondesse aos seus anseios de uma vida melhor (LACERDA, 2006, p. 06).

Nessa frase podemos perceber como os documentos judiciais (no caso aí um *corpus* que vai além desse tipo de documentação) foram lidos para se compreender os modos de vida dos trabalhadores da Amazônia no ciclo da borracha, principalmente os nordestinos vindos para a região fugindo da seca no nordeste.

Essa revisão poderia ser ampliada, tendo em vista que têm surgido inclusive programas de pós-graduação em história nas universidades públicas da Amazônia que apontam para outros caminhos e interpretações possíveis. O que se percebe é a nítida ampliação de temas vislumbrados pela historiografia amazônica com os estudos sobre os modos de vida das populações tradicionais da região.

Considerações finais

Revisitando esses trabalhos percebeu-se que a historiografia amazônica fez recortes temporais e temáticos. Nesse jogo, escolheu privilegiar os desdobramentos do ciclo da borracha, deixando de lado outras realidades econômicas. Mesmo os historiadores mais antigos, adeptos de uma visão nacionalista, pensaram a formação desse contexto.

É certo que a força de uma história econômica da borracha se assentou na década de 1980, mas sua herança perdurou até mesmo com as pesquisas sobre os modos de vida. Esses trabalhos não abandonaram o ciclo da borracha, pois trouxeram a tona seu cotidiano e o que aconteceu após seus tempos áureos. O sujeito coletivo privilegiado passou a ser o seringueiro.

Nesse sentido a operação de abertura gradual da historiografia amazônica ainda está acontecendo. Os silêncios dos autores aqui discutidos, enfim, os limites das suas escolhas somente ampliam esse processo e nem mesmo o ciclo da borracha é um tema esgotado.

AMAZON HISTORIOGRAPHY IN PERSPECTIVE: ASPECTS OF A METHODOLOGICAL OPENING PROCESS (1950-2000)

Abstract: The following narrative is an investigation on certain aspects of historiography Amazon choosing authors who wrote in the period 1950 at 2000. The goal is to demonstrate that in the midst of diversity of intentions of these authors was a mobilization with a view to broadening the debate on issues and approaches on this region of Brazil. The hypothesis is that the opening movement of historiography Amazon was gradual and brought with it the fractures caused by the choices of every historian, who were leaving aside temporalities, personalities and plots. The proposal is to demonstrate how these narrative traces, shards and silences rather than weaken this constant aperture, the strengthened.

Key-words: Amazon, historiography and methodology

Referências

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: IBAMA, 2003.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

JÚNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KLEIN, Daniel da Silva. *A borracha no Acre: economia, política e representações*. 2013. 346 p. Tese. Doutorado em História Social/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 2006. 340 p. Tese. Doutorado em História Social/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

LIMA, Mario José de. *Capitalismo e extrativismo: a formação da região acreana*. 1994. 335 p. Tese. Doutorado em Economia/Instituto de Economia. Universidade de Campinas.

MARTINELO, Pedro. *A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico*. Rio Branco: UFAC, 1985.

PACHECO, Alexandre. As perspectivas meta-históricas de Arthur Reis em A Amazônia e a Cobiça Internacional. *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012.

PACHECO, Alexandre. A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a Cobiça Internacional – anos de 1960. *Revista História da historiografia*, vol. 10, p. 94-110, 2012.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1820-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SOBRINHO, José Moreira Brandão Castelo Branco. O rio Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 225, 1954.

SOBRINHO, José Moreira Brandão Castelo Branco. Descobrimento das terras da região acreana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 239, 1958.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *“Varadouros da liberdade”: cultura e identidade dos seringueiros de Brasiléia-Acre na luta pela posse da terra (1972-1990)*. 1996. 335 p. Tese. Doutorado em História Social/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre. Volumes 1 e 2*. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2001

VILHAÇA, Fabiano. *Arthur Cezar Ferreira Reis (1906-1993)*. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/arthur-cezar-ferreira-reis-19061993. Acessado em 15 de dezembro de 2010.

WEINSTEIN, Bárbara. *The amazon rubber boom. 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1983.

SOBRE O AUTOR

Daniel da Silva Klein - Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo; professor de História da Universidade Federal do Acre.

Recebido em 18/11/13

Aceito em 21/12/13